**A BIOÉTICA NO ESTUDO DA EDIÇÃO DE GENES PARALELA A PRÁTICAS EUGÊNICAS**

Lisley Stephani Macedo Vieira – Biomedicina FPP

Jaqueline Dal Curtivo dos Passos – Biomedicina FPP

Gabriela Stadler – Biomedicina FPP

Ligia Jacon – Biomedicina FPP

Ronaldo Rodrigues Ribeiro – Biomedicina FPP

E-mail: lisleymacedo@hotmail.com

**PALAVRAS-CHAVE:** Bioética; Biotecnologia; Eugenia; CRISPR.

**RESUMO:** O avanço das tecnologias de edição gênica e seus propósitos de aplicação humana, têm salientado a necessidade reflexiva a respeito das consequências a longo prazo no que diz respeito a eclosão eugênica advinda da ciência. A teorização fundamentou-se na relação entre eugenia e ciência, que pode ser observada na existência de um destino conforme a carga genética, como retratado por James Watson (1928). Porém, tal relação, vai além de um conceito excludente tentando legitimar o uso de ferramentas que modifiquem algo, que de um ponto de vista está defeituoso. Assim, o termo geneticização, utilizado como denúncia a discriminação e as desigualdades advindas da genética, faz-se contra a opressão e ao controle hereditário de características genéticas, ao considerar a genética transitiva entre ciência e ideologia (LARGEAULT, 2004). Uma justificativa para a adoção ideológica seria a busca pela perfeição, atribuindo-lhe características individuais desejáveis, quase que inteiramente permissivas pela ciência. A atual ferramenta de edição genética denominada CRISPR/Cas9, aproxima progressivamente a ideia da realidade, ao permitir deleções e inserções de material genético de forma simples, precisa e relativamente barata, elevando o grau de preocupação do uso biotecnológico irracional, por ser capaz de culminar na adoção de práticas de melhoramento genético, na acentuação da segregação étnica, na desvalorização do direito do indivíduo com deficiência, na ascensão de posições socialmente estabelecidas, no direito ou não a vida, além de outros fatores que possam ir contra os princípios de autonomia e justiça. No entanto, até o momento, sabe-se que há unanimidade ética ao restringir seu uso para estes fins, mas até quando estará estabelecida, é uma incógnita. Largeault (2004) cita a filosofia de Jürgen Habermas sobre o possível hábito de recorrer a biotecnologia para ter-se uma vida a escolha própria, que modificaria o conceito ético sobre a humanidade, assim como os avanços biotecnológicos deveriam ser cuidadosos, a fim de não tornar o futuro em um reflexo do passado. Logo, a comparação eugênica de um futuro utilizando-se da ciência, com manifestações eugênicas passadas, como por exemplo, as descritas por Francis Galton (1806), onde o controle populacional já foi fundamentado na transmissão de características hereditárias, as quais estariam relacionadas ao comportamento do indivíduo, havendo então, a criação de uma sociedade pré-estabelecida por fatores genéticos comportamentais oriundos de ideais eugênicos (CONT, 2008), assim como a tentativa da sociedade pura oriunda do ideal nazista, advindo das teorias de Galton (KRISHAN el al.; 2015). Ambos servem como base das ações humanas tomadas por uma pseudo superioridade, não devendo repetir-se no decorrer da história, mas que assumiram papeis significantes no desenvolvimento de estudos que buscassem compreende-las, assim, atentando-se a este exemplo, a edição genética deve estabelecer limites entre a necessidade e a viabilidade, respeitar diferenças étnicas e agir com responsabilidade social, incluindo populações ao bem comum e promovendo transparência nas pesquisas, a fim de contribuir com o desenvolvimento de sociedades mais tolerantes a diversidade.

**REFERÊNCIAS:**

CONT, D. V. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. **Revista Scientiae Studia,** São Paulo, v. 6, n. 2, p. 201-218, 2008.

KRISHAN, K.; KANCHAN, T.; SINGH, B. Human genome editing and ethical considerations. **Springer Science+Business Media,** Dordrecht, v. 22, p. 597-599, 2015.

LARGEAUT, F. A. A introdução na medicina de técnicas oriundas de genética ocasionou uma ruptura antropológica?. **Revista Scientiae Studia,** São Paulo, v. 2, n. 2, p. 161-177, 2004.